



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

elétrica. Essa alteração objetiva dar mais transparência à gestão dos fundos da Reserva Global de Reversão (RGR)

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Conforme salienta a autora do projeto, a Reserva Global de Reversão (RGR), encargo cobrado dos consumidores de energia elétrica, deveria ter sido extinto em 31 de dezembro de 2010. No entanto, o Governo Federal conseguiu prorrogá-lo até 2035, alegando que o setor elétrico não pode prescindir desses recursos.

Já que o encargo foi mantido, é imprescindível que, ao menos, se garanta a alocação eficaz de montante significativo, hoje da ordem de R\$ 16 bilhões.

Desde a criação do fundo, a gestão está a cargo da Eletrobrás. Ocorre, contudo, que a empresa acumula também a função de decidir os beneficiários dos recursos. A Eletrobrás tem concentrado as aplicações em empresas por ela controladas, em detrimento de outras. Portanto, o objetivo precípua do projeto é o de evitar, doravante, esse conflito de interesses.

Para tanto, a proposição retira da Eletrobrás a função de gestora dos recursos da RGR e passa essa atribuição a outra entidade, a ser determinada pelo Poder Executivo. Exige-se dessa entidade que não seja controladora de concessionária de serviços públicos de geração,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

transmissão ou distribuição de energia elétrica. No mais, ela continuará desempenhando o mesmo papel que a Eletrobrás tem cumprido até os dias de hoje.

Parece-nos extremamente oportuna tal iniciativa. A neutralidade na gestão é o mínimo que se exige de encargo tão oneroso para o consumidor brasileiro.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do PLS 355, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador **ALOYSIO NUNES FERREIRA**, Relator